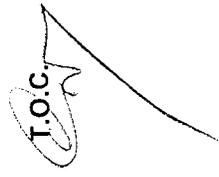


Balanco Sintético II

ACTIVO

Contas	Nome	ANO 2007			ANO 2006	
		Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO:						
43+443+446+449	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	3.092,54	3.092,54	0,00	0,00	0,00
42+442+445+448	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	9.863.966,73	3.440.563,07	6.423.403,66	5.403.415,13	5.403.415,13
41+441+444+447	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	IMOBILIZADO EM CURSO	169.701,64	0,00	169.701,64	117.344,64	117.344,64
		10.036.760,91	3.443.655,61	6.593.105,30	5.620.769,77	5.620.769,77

CIRCULANTE:						
32+33+34+35+36+37	EXISTÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAS DE TERCEIROS:						
21+22+24+25+26	MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CURTO PRAZO	5.812.417,61	3.073.700,50	2.738.717,11	2.177.233,13	2.177.233,13
15+18	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11+12+13+14	DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA	1.897.665,83	0,00	1.897.665,83	3.070.290,92	3.070.290,92
		7.710.083,44	3.073.700,50	4.636.382,94	5.247.524,05	5.247.524,05
27	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	77.470,14	0,00	77.470,14	24.786,78	24.786,78
	TOTAL DO ACTIVO	17.824.314,49	6.517.356,11	11.306.958,38	10.793.070,60	10.793.070,60

T.O.C. 

Balanco Sintético II

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Contas	Nome	ANO 2007		ANO 2006	
		Valor	Valor	Valor	Valor
	CAPITAL PRÓPRIO:				
51	CAPITAL		0,00		0,00
54	PRÉMIOS DE EMISSÃO DE AÇÕES		0,00		0,00
56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		719.626,18		719.626,18
571	RESERVAS LEGAIS		0,00		0,00
52+53+55+572+573+574+575+576+577+578+579	RESTANTES RESERVAS E OUTROS CAPITAIS PRÓPRIOS		77.263,79		77.263,79
59	RESULTADOS TRANSITADOS		3.846.109,36		723.419,09
			4.642.999,33		1.520.309,06

88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.110.091,40		2.353.464,01
89	DIVIDENDOS ANTECIPADOS		0,00		0,00
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		6.753.030,73		3.873.773,07

29	PASSIVO:				
	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		32.421,87		32.421,87
21+22+23+24+25+26	DÍVIDAS A TERCEIROS:				
	MÉDIO E LONGO PRAZO		1.094.049,12		0,00
	CURTO PRAZO		3.040.293,34		6.386.938,98
			4.134.342,46		6.386.938,98

27	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		387.163,32		499.936,68
	TOTAL DO PASSIVO		4.553.927,65		6.919.297,53
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		11.306.968,38		10.793.070,60

T.O.C.

Demonstração de Resultados Sintética II

PROVEITOS E GANHOS

Contas	Nome	ANO 2007	ANO 2006
		Valor	Valor
1+72	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	0,00
	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	0,00	0,00
5	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA	0,00	0,00
4	SUBSÍDIOS A EXPLORAÇÃO	9.419.601,20	9.085.262,83
3+76	OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	2.936.803,21	2.245.274,15
	Total (B):	12.356.404,41	11.330.536,98
784	RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	0,00	0,00
7812+7815+7816+782+783	RENDIMENTOS DE TITULOS NEGOCIÁVEIS E OUTRAS APLIC.FINANCEIRAS	0,00	0,00
7811+7813+7814+7817+7818+785+786+787+788	OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES	28.450,08	25.668,54
	Total (D):	28.450,08	25.668,54
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	77.009,13	538.957,18
	Total (F):	12.461.863,62	11.895.162,70

RESUMO:

RESULTADOS OPERACIONAIS: (B)-(A) =	2.424.338,46	2.467.083,21
RESULTADOS FINANCEIROS: (D-B)-(C-A) =	-196.523,29	-250.544,64
RESULTADOS CORRENTES: (D)-(C) =	2.227.815,17	2.216.538,57
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS: (F)-(E) =	2.110.031,40	2.353.464,01
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO: (F)-(G) =	2.110.031,40	2.353.464,01

* = (saldos finais de 33+34+35+38) - (saldos iniciais de 33+34+35)

C.

Demonstração de Resultados Sintética II

CUSTOS E PERDAS

Contas	Nome	ANO 2007	ANO 2006
		Valor	Valor
51	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATERIAS CONSUMIDAS	0,00	0,00
52	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	6.162.517,30	4.355.935,79
		6.162.517,30	4.355.935,79
	CUSTOS COM O PESSOAL:		
53+642	REMUNERAÇÕES	1.577.722,59	1.493.316,27
543+644+645+646+647+648	ENCARGOS SOCIAIS	518.989,57	470.262,24
		2.096.712,16	1.963.578,51
66	AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO CORPÓREO E INCORPÓREO	424.103,22	350.517,11
666+667	AJUSTAMENTOS	1.170.567,50	715.717,25
67	PROVISÕES	0,00	28.545,38
		1.594.670,72	1.094.779,74
63	IMPOSTOS	7.621,18	6.398,63
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	70.544,59	1.442.761,10
		78.165,77	1.449.159,73
	Total (A):	9.932.065,95	8.863.453,77
683+684	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INVESTIM. FINANCEIROS	0,00	0,00
681+682+685+686+687+688	JUROS E CUSTOS SIMILARES	224.973,37	276.213,18
		224.973,37	276.213,18
	Total (C):	10.157.039,32	9.139.666,95
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	194.792,90	402.031,74
	Total (E):	10.351.832,22	9.541.698,69
86	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00
	Total (G):	10.351.832,22	9.541.698,69
	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	2.110.031,40	2.353.464,01
		12.461.863,62	11.895.162,70

T.O.C.

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Partido Socialista foi criado no dia 01 de Fevereiro de 1975, encontrando-se inscrito como Organização Política (CAE nº 91320) e com o Nº de Pessoa Colectiva 501 312 188 com sede em, Largo do Rato, nº 2 na Freguesia de S. Mamede, em Lisboa.

O Partido rege-se pelo disposto na Lei 19/2003, de 20 de Junho pelos seus estatutos e pela legislação geral aplicável aos partidos políticos.

A numeração usada, neste anexo, respeita à definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

2. COMPARABILIDADE

- O ano de 2006, foi um ano de Congresso Nacional, Congressos Federativos, Congresso Nacional da JS, Congresso Partido Socialista Europeu, Plenários de Militantes, Novas Fronteiras, apoio à candidatura Presidencial de Mário Soares, Eleições Intercalares e diversos debates e fóruns. De salientar ainda que o exercício de 2006 não incluiu as contas do Grupo Parlamentar na Assembleia da República, enquanto no ano de 2007, à semelhança de 2005, as contas desta estrutura voltaram a integrar as contas consolidadas do Partido. O ano de 2007, por sua vez, foi um ano de Novas Fronteiras, vários Plenários de Militantes, eleições para o referendo do I.V.G, eleições Intercalares Autárquicas, Regionais e diversos debates e fóruns.
- Para efeitos comparativos é necessário ter em conta que no ano de 2006, o Partido registou como subsídios a participação para a campanha do MASP3 e no ano de 2007 registou como contribuição do Partido as participações para o Referendo à IVG e para as eleições intercalares.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

3.1 As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações baseadas nos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte mantidos pela Sede Nacional, Federações (que inclui as respectivas Secções), Juventude Socialista e Grupo Parlamentar do Partido, segundo o Plano Oficial de Contabilidade (POC), com as respectivas adaptações exigidas e propostas pela Lei 19/2003 de 20 de Junho e dos Regulamentos emanados pela ECFP, no respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, incluindo algumas notas adicionais, de forma a facilitar a sua compreensão.

3.2 Proveitos

No exercício de 2007, as contas englobam proveitos resultantes de receitas próprias e de financiamento público e privado de natureza corrente efectivamente recebidas pela Sede Nacional, Federações, Concelhias, Secções, Juventude Socialista e Grupo Parlamentar, nos termos da Lei 19/2003, de 20 de Junho.

Foi também registado como proveito, a totalidade das quotas emitidas a militantes referentes ao ano de 2007.

3.3 Custos

As contas de 2007 integram os custos relativos à actividade corrente e às acções e eventos realizados pela Sede Nacional e por todas as estruturas descentralizadas, os custos com pessoal pertencentes aos quadros do Partido, as contribuições do P.S para o Referendo à IVG e às eleições intercalares, a estimativa do encargo com férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais, referentes ao ano de 2007, a pagar em 2008, as amortizações anuais do imobilizado corpóreo e o ajustamento para quotas de militantes vencidas em anos anteriores, mas não cobradas.

3.4 Imobilizado

O imobilizado corpóreo é constituído, essencialmente, por Edifícios e outras construções, Equipamento administrativo e Equipamento de Transporte.

3.5 Critérios valorimétricos

Os critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem um montante de 3.092,54€ correspondente a trespasses de anos anteriores. Esta verba encontra-se completamente amortizada.

b) Imobilizações corpóreas

Os terrenos, edificios e outras construções afectos à actividade adquiridos até 1999 encontram-se registados ao custo de aquisição reavaliado em 2000 ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98 de 11 de Fevereiro. O restante imobilizado encontra-se registado pelo custo de aquisição.

A rubrica mais significativa é a de Edifícios e outras construções a qual integra bens imobiliários da Sede Nacional e restantes estruturas, conforme listagem de bens imobiliários sujeitos a registo entregue ao Tribunal Constitucional, nos termos da Lei.

As amortizações são calculadas em função da vida útil esperada das imobilizações, situando-se as mesmas dentro dos limites fixados pelas autoridades fiscais para as empresas comerciais e industriais.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes anualizadas, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções:	50
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outras imobilizações corpóreas	0

477
~~477~~

Handwritten signature or initials

c) Ajustamentos

Os movimentos relativos aos ajustamentos efectuados no activo circulante, nomeadamente o valor referente a quotas vencidas em anos anteriores de militantes e ainda não pagas, foram efectuados de acordo com os limites fixados pelas autoridades fiscais para as empresas comerciais e industriais, ou seja com seguinte critério:

- Valores com mais 6 meses ... 25%
- " 12 meses... 50%
- " 18 meses... 75%
- " 24 meses.. 100%

3.6 Especialização de exercícios

O Partido regista os seus Proveitos e Custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes Proveitos e Custos geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e a um subsídio correspondente a um mês de ordenado durante o período de férias, encargos que representam um direito adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. O Partido reconheceu estes encargos no exercício em que o respectivo direito é adquirido.

3.7 Classificação do balanço

O Partido classifica a curto prazo os activos e os passivos, respectivamente, realizáveis e exigíveis a menos de um ano e a médio e longo prazo, os activos e passivos exigíveis e realizáveis a mais de um ano.

4. COTAÇÃO PARA CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

O Partido não dispõe de valores expresso em moeda estrangeira.

5. Não aplicável

6. Não aplicável

7. PESSOAL

Em média, no ano de 2007, o numero de trabalhadores ao serviço no Partido foi de 106 pessoas, assim distribuídas:

Situação	2007	2006
Quadro	82	85
Contrato a prazo	18	16
Prest. Serviços	6	7
Total	106	108

8. Não aplicável

9. Não aplicável

WJP
X

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas e corpóreas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO

Conta Nº Terceiros	Nome / Designação	31-Dez-06	Aumentos	Regularizações	Transferências	Alienações	Abates	31-Dez-07
43	Imobilizado incorpóreo							
434	Trespases	3.093	0	0	0	0	0	3.093
42	Imobilizado corpóreo							
421	Terrenos e recursos naturais	7.482	0	0	0	0	0	7.482
422	Edifícios e outras construções	6.348.312	965.648	32.422	149.145	0	0	7.495.527
423	Equipamento básico	13.859	0	823	0	0	0	14.681
424	Equipamento de transporte	277.693	145.798	0	0	-5.700	0	417.792
425	Ferramentas e utensílios	2.899	0	0	0	0	0	2.899
426	Equipamento administrativo	1.699.963	211.410	-823	0	-722	-35.055	1.874.774
429	Outras imobilizações corpóreas	46.844	3.968	0	0	0	0	50.811
		8.397.052	1.326.824	32.422	149.145	-6.422	-35.055	9.863.967
441	Imobilizações em curso	117.345	167.626	0	-149.145	0	0	135.826
449	Adiantam Imob Corpóreas	0	33.876	0	0	0	0	33.876
		8.514.397	1.528.326	32.422	0	-6.422	-35.055	10.033.669

As alterações do imobilizado corpóreo registadas na coluna de "transferência" do imobilizado corresponde à passagem para imobilizado corpóreo, das obras que estavam em curso em 2006 na Secção de Agualva-Cacém (2.161,35€), na Secção e Concelhia da Covilhã (133.854,97€) e na Secção da Cova da Piedade (13.128,50€).

Os "aumentos" relativos aos Edifícios, devem-se sobretudo à aquisição da Secção de Fafe (95.000,00€) e da Federação da Madeira (850.000,00€). Os aumentos verificados em Equipamento de transporte devem-se ao imobilizado resultante da integração das contas do Grupo Parlamentar. Os aumentos verificados em Equipamento administrativo devem-se, principalmente, à aquisição de sistemas informáticos (43.647,00€) e de investimento em mobiliário para a Sede Nacional (74.883,00€).

As regularizações de 32.422€ dizem respeito à rectificação de registo da escritura da sede da Secção de Abrantes.

As alienações dizem respeito à venda de uma viatura da Federação Regional da Madeira e de um equipamento de comunicações da Sede Nacional.

Os abates dizem respeito a diversos equipamentos informáticos que já se encontravam obsoletos e sem condições de funcionamento.

O valor das imobilizações em curso corresponde às obras que estavam a ser efectuadas no edifício da Secção de Mafamude, na Federação da Madeira e na Federação dos Açores.

As alterações às amortizações acumuladas decorrentes das amortizações do exercício e das rectificações, alienações e abates constam do quadro seguinte.

AMORTIZAÇÕES

Conta Nº Terceiros	Nome / Designação	31-Dez-06	Aumentos	Regularizações	Transferências	Alienações	Abates	31-Dez-07
48	Amortizações acumuladas							
483	Imobilizações incorpóreas	-3.093	0	0	0	0	0	-3.093
482	Imobilizações corpóreas							
4822	Edifícios e outras construções	-1 467 448	-158 929	899	0	0	0	-1 625 478
4823	Equipamento básico	-11 503	-611	-823	0	0	0	-12 937
4824	Equipamento de transporte	-130.065	-157.508	0	0	2.850	0	-284.723
4825	Ferramentas e utensílios	-1 354	-515	0	0	0	0	-1.869
4826	Equipamento administrativo	-1.366.119	-164.508	233	0	722	34.181	-1.495.491
4829	Outras imobilizações corpóreas	-17.148	-3.508	590	0	0	0	-20.066
		-2.996.730	-485.579	899	0	3.572	34.181	-3.443.657

11. a 13. Não aplicável

14. IMOBILIZAÇÕES AFECTAS À ACTIVIDADE

As imobilizações corpóreas e em curso no montante de 10.033.669 € estão na sua globalidade afectas à actividade do Partido.

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

À data do balanço a 31 de Dezembro, os bens do imobilizado adquiridos em locação financeira eram os seguintes:

- Opel ASTRA Cosmo – 18.200,00€ (Federação de Viseu)
- Opel Vivero 1.9 - 28.707,52€ (Federação Regional da Madeira)
- Audi A6 - 60.398,05€ (Grupo Parlamentar do PS)

16. a 20. Não aplicável

21. AJUSTAMENTOS

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante são os que constam do quadro seguinte:

Handwritten signature/initials

AJUSTAMENTOS

Rubricas	Saldo Inicial	Transferências	Reforço	Reversão	Saldo Final
Dívidas de terceiros					
Cientes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes - Títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas participadas e participantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros accionistas (sócios)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	1.903.133,00	0,00	1.170.567,00	0,00	3.073.700,00
Subscritores de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.903.133,00	0,00	1.170.567,00	0,00	3.073.700,00

O reforço do ajustamento efectuado em 2007 de 1.170.567€ corresponde ao valor de quotas de anos anteriores por receber de militantes, calculado de acordo com as percentagens referidas na alínea c) do ponto 3.5.

22. a 24. Não aplicável

25. DÍVIDAS ACTIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL

O Valor global das dívidas activas ao Pessoal a 31 de Dezembro é de 2.212,00€.

26. a 28. Não aplicável

29. DÍVIDAS A MAIS DE CINCO ANOS

As dívidas a mais de cinco anos respeitam a empréstimos contraídos para aquisição de instalações e a sua discriminação é a seguinte:

Descrição	Valor L/Prazo
Sede de Faro - BCP	38.542,22
Sede dos Açores - BCP	246.354,41
Sede de Ansião - BCP	14.687,50
Sede da Madeira - BCP	457.845,07
Sede da Fafe - BCP	29.000,00
Sede de Portalegre - MG	43.928,88
Total	830.358,08

30. a 31. Não aplicável

W
AP
A

32. RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS POR GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2007, o Partido tinha assumido as seguintes responsabilidades contingentes através de garantias reais:

Hipoteca de 101.159,14 € relativa ao empréstimo contraído pela Federação de Portalegre ao Montepio Geral para aquisição de sua sede.

Hipoteca de 125.000,00 € relativa ao empréstimo contraído pela Sede Nacional ao Millennium BCP para a aquisição da sede da Federação do Algarve.

Hipoteca de 37.500,00 € relativa ao empréstimo contraído pela Sede Nacional ao Millennium BCP para a aquisição da sede da Secção de Ansião.

Hipoteca de 375.000,00 € relativa ao empréstimo contraído pela Federação dos Açores ao Millennium BCP para aquisição de sua sede.

Hipoteca de 60.000,00 € relativa ao empréstimo contraído pela Sede Nacional ao Millennium BCP para aquisição da sede da Secção de Fafe.

Hipoteca de 550.000,00 € relativa ao empréstimo contraído pela Federação da Madeira ao Millennium BCP para aquisição da sua sede.

33. Não aplicável

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, não foram criadas quaisquer provisões pelo que somente existe o valor que transitaram de anos anteriores.

PROVISÕES

	31-Dez-06	Reclassificação	Aumentos	Diminuições	31-Dez-07
Processos Judiciais	32.421,87	0,00	0,00	0,00	32.421,87
TOTAL	32.421,87	0,00	0,00	0,00	32.421,87

35. a 39. Não aplicável

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foi como segue:

CAPITAL PRÓPRIO

DESIGNAÇÃO	SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	GRUPO PARLAMENTAR	AUMENTOS	APLICAÇÃO RESULTADOS	REGULARIZAÇÕES	SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO
51 - Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56 - Reservas de Realização	719.626,18	0,00	0,00	0,00	0,00	719.626,18
57 - Reservas						
571 - Reservas Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
576 - Doações	77.263,79	0,00	0,00	0,00	0,00	77.263,79
59 - Resultados Transitados	723.419,09	409.564,34	0,00	2.463.661,74	249.464,19	3.846.109,36
88 - Resultado Líquido do Exercício	2.353.464,01	110.197,73	2.110.031,40	-2.463.661,74	0,00	2.110.031,40
	3.873.773,07	519.762,07	2.110.031,40	0,00	249.464,19	6.753.030,73

Os Aumentos devem-se a integração do Grupo Parlamentar e as regularizações a correcções efectuadas a anos anteriores que segundo as normas contabilísticas devem ser registadas na conta de Resultados Transitados.

A decomposição do Capital Próprio é a que consta no quadro seguinte:

CAPITAL PRÓPRIO

	SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	%
51 - Capital	0,00	0%
56 - Reservas de Reavaliação	719.626,18	11%
57 - Reservas		
571 - Reservas Legais	0,00	0%
576 - Doações	77.263,79	1%
59 - Resultados Transitados	3.846.109,36	57%
88 - Resultado Líquido do Exercício	2.110.031,40	31%
	6.753.030,73	100%

41. a 44 Não aplicável

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

A Demonstração dos Resultados Financeiros é a que consta do quadro seguinte:

4
9
7

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	N	N-1		N	N-1
681 - Juros suportados	200.277,45	240.852,89	781 - Juros obtidos	28.448,80	25.645,07
685 - Diferenças Câmbio Desfavoráveis		48,09	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	0,95	14,47
688 - Outros custos e perdas financeiros	24.695,92	35.312,20	788 - Outros proveitos e ganhos financeiros	0,33	9,00
Resultados financeiros	-196.523,29	-250.544,64			
	28.450,08	25.668,54		28.450,08	25.668,54

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

A Demonstração dos Resultados Extraordinários é a que consta do quadro seguinte:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	N	N-1		N	N-1
691 - Donativos	598,80	20.880,00			
694 - Perdas em existências	873,70	11.485,16	794 - Ganhos em existências	3.500,00	21.500,00
695 - Multas e penalidades	35.233,74	65.819,41	796 - Reduções de amortizações e de provisões	0,00	70.772,00
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	130.915,84	282.897,10	797 - Correções relativas a exercícios anteriores	63.432,37	430.602,16
698 - Outros custos e perdas extraordinários	27.170,82	20.950,07	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	10.076,76	16.083,02
Resultados extraordinários	-117.783,77	136.925,44			
	77.009,13	538.957,18		77.009,13	538.957,18

47. e 48 Não aplicável

4
A 110

1. INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento geral da actividade

A actividade politica desenvolvida no ano de 2007, que foi muito intensa, ficou marcada pelas inesperadas eleições intercalares para a Região Autónoma da Madeira e para a Câmara Municipal de Lisboa, bem como pela realização do Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), iniciativa esta que contou com a participação empenhada e decisiva do Partido Socialista e com cujos resultados muito nos congratulamos a bem do País e dos valores que defendemos.

Este foi também um ano de “Resultados” para o Governo do Partido Socialista. De facto, os esforços que foram pedidos a todos os Portugueses surtiram efeito nos resultados, bem patentes na melhoria da situação económica global do País e na resolução do grave problema das contas públicas em que os governos do PSD nos tinham deixado. Este foi ainda o ano do Tratado de Lisboa e do sucesso do Governo do na Presidência da União Europeia.

O Partido Socialista não se poupou a esforços para, através de diversas acções, dar conta dos resultados do trabalho realizado pelo Governo, quer a nível da Sede Nacional, quer através das suas estruturas descentralizadas: Federações, Secções, Juventude Socialista e Grupo Parlamentar.

Todas essas acções e eventos constam da presente processo de prestação de contas, bem como os custos e proveitos ocorridos com a actividade corrente, pelo que o Partido Socialista pode afirmar que as suas contas espelham de forma completa e transparente toda a sua actividade, através de uma integração total das contas das suas estruturas. Assim, mantendo a prática iniciada no exercício de 2005, o Partido Socialista apresenta as contas consolidadas da totalidade das estruturas do Partido, discriminando os movimentos ao nível de Secção no seu balancete de centros de custos, para além de ter assegurado maior segurança nos aspectos relacionados com a responsabilização dos diversos intervenientes.

Relativamente às estruturas descentralizadas é de salientar que se dispõe das actas de aprovação das contas das Federações nos termos regulamentares, as quais integram todas as Secções que registaram receitas e despesas.

O Partido optou por voltar a integrar as contas do GPPS, à semelhança do que já tinha sido efectuado em 2005, no sentido das contas consolidadas melhor traduzirem a actividade total do Partido.

1.2 Principais iniciativas políticas

Tal como foi referido no ponto anterior, para além das campanhas do Referendo e das eleições intercalares, o Partido realizou várias acções e eventos dos quais se destacam:

- Os Fóruns Novas Fronteiras com os temas “Abrir Novas Fronteiras para Portugal” (17 de Março), “Oportunidades para Todos” (15 de Setembro) e “Da Ciência e do Conhecimento” (28 de Outubro);
- Os Plenários de Militantes nas Federações ao longo de todo o ano de 2007;
- Diversas acções promovidas pelo Departamento das Mulheres Socialistas, nomeadamente a realização de acções temáticas, das quais se destacam “Encontro Nacional das Mulheres Autarcas”, “As Mulheres nas Religiões”, “Dia Internacional da Mulher” e as “Políticas de Defesa do Consumidor”;
- Fóruns autárquicos com especial destaque para o realizado em Portimão, que contou com a presença do Secretário-Geral;
- Comemoração do 34.º Aniversário do Partido e outras acções, designadamente os Fóruns do PSE-Women e o Encontro Policy Network;
- Ao nível das Federações e Secções do P.S. foram realizados vários Plenários de Militantes, bem como encontros de convívio de autarcas e militantes, para além de diversas acções temáticas e debates;
- Três tempos de Antena, com os temas “Um Governo com Resultados”, “Europa com Resultados” e “Políticas Sociais do P.S.”;
- A Juventude Socialista realizou Convenções em Aveiro, Évora, Açores e Madeira, para além do Fórum Estudante e do tradicional Agrupamento Nacional de Jovens em 26 de Julho de 2007;
- O Grupo Parlamentar realizou a suas Jornadas em Fevereiro e Junho e através do Clube Parlamentar realizou vários colóquios e debates:

- No campo da comunicação, orientada para os militantes e simpatizantes, o Partido também divulgou as suas acções e as do Governo, de forma tradicional, através do “Acção Socialista” e de forma mais interactiva através do Site na Internet.

Na totalidade, os encargos com estas acções e eventos ascenderam a cerca de 1,4 milhão de euros, cuja discriminação consta nos mapas anexos à prestação de contas nos termos exigidos pelo n.º 2, do Art.º 16 da Lei Orgânica 2/2005 de 20 de Janeiro da ECFP, bem como do Regulamento n.º 65/2007, de 27 de Abril desta mesma Entidade.

Os órgãos do Partido também reuniram regularmente, destacando-se, para além das nove reuniões do Secretariado realizadas ao longo do ano, duas reuniões da Comissão Nacional, respectivamente em 23 de Maio e 15 de Dezembro de 2007. Por outro lado, a Comissão Política Nacional realizou quatro reuniões em 11 de Janeiro, 15 de Maio, 17 de Junho e 14 de Novembro de 2007, na Sede Nacional. Finalmente, a Comissão de Gestão, na sua actividade normal de gestão e de acompanhamento das medidas que foi implementando, realizou 26 reuniões formais.

1.3 Continuação do esforço de modernização interna

Demos continuidade aos esforços de modernização iniciados em 2005 e aprofundados em 2006, destacando-se nomeadamente os procedimentos contabilísticos e de controlo interno. Para que as contas do Partido sejam apresentadas com o máximo de rigor, foram realizadas novas acções de Formação com a presença do Director Financeiro nas Federações de Setúbal, Évora, Braga, Guarda, Leiria e Portalegre e efectuado um acompanhamento constante dos responsáveis financeiros das Secções.

Foi reforçado o apoio de Técnicos Oficiais de Contas (T.O.C.) às Federações e foi criado na Sede Nacional um Gabinete de Auditoria Interna que faz um acompanhamento sistemático da prestação de contas e prestou auxílio na resolução dos problemas surgidos nas estruturas descentralizadas.

Procurou-se implementar um sistema de pagamento através de cartão pré-pago nas Federações, como forma de agilizar os pagamentos das despesas das respectivas Secções mas que até ao momento ainda não contou com a receptividade necessária dos responsáveis Federativos. Contamos que agora, com novos órgãos eleitos, no ano de

Handwritten marks: a checkmark and a signature.

2008 este instrumento de modernização administrativa obtenha resultados mais favoráveis.

Na continuidade do esforço de manutenção, conservação e reabilitação do património do Partido, no ano de 2007 apoiou-se a aquisição de instalações para as Concelhias que para tal se mobilizaram e foram efectuadas obras de conservação e manutenção em várias Secções. Na Sede continuaram alguns trabalhos de restauro e de melhoria das instalações eléctricas e de água e, bem assim, de segurança e saúde no trabalho.

Ainda no âmbito da modernização administrativa procedeu-se, na Sede, à aquisição de equipamentos e novas aplicações informáticas, nomeadamente um novo servidor para a S.N. e para a J.S. e outro para o programa de gestão de militantes no D.N.D.

Os investimentos ao nível informático permitiram a agilização e controlo de vários processos, nomeadamente implementação de um sistema de envio em massa de emails, reforço da segurança da rede informática através do melhoramento da "Firewall", aperfeiçoamento constante da aplicação de gestão de militantes e implementação de um sistema de gestão de quotas, que faz a ligação entre a aplicação de gestão de militantes e a contabilidade. Criou-se ainda a possibilidade de acesso pelas Federações à gestão de militantes da JS, através da VPN "Rede Privada Virtual", iniciou-se a implementação de uma Intranet aberta às Federações, onde é possível encontrar documentação relativa ao funcionamento do Partido tendo-se ainda feito uma alteração de fundo na página da Internet do PS.

Foi iniciada a implementação de uma aplicação de Gestão Documental que, permite através de um interface web uma fácil pesquisa de todo o arquivo histórico do PS, incluindo vídeos, fotografias, posters, recortes de imprensa, etc. e efectuado um acordo empresarial de licenciamento de software, que permite significativas vantagens operativas.

Nesta área, no sentido de melhorar a qualificação dos funcionários foram realizados cursos de formação avançada em Word e Excel e outras acções, designadamente o Inglês.

4
J. P.

1.4 Cooperação Internacional

A actividade a nível Internacional desenvolveu-se essencialmente no âmbito da ligação ao corpo diplomático acreditado em Portugal, na participação em encontros do PSE e da Internacional Socialista e em actividades ligadas às estruturas do PS nas Comunidades Portuguesas.

Assim, foram realizados encontros com diplomatas e com responsáveis políticos de todos os continentes, destacando-se uma reunião na sede do PS com 22 deputados do Parlamento Regional de Estocolmo (18 Janeiro) e uma sessão com mulheres dinamarquesas membros de sindicatos (5 de Novembro), para discutir questões relacionadas com a presidência portuguesa da União Europeia.

O Departamento Internacional colaborou na organização de três debates ao longo de 2007, dois na embaixada da China e um na embaixada da Finlândia, com sindicalistas e deputados do PS da Comissão do Trabalho. Além disso, o Secretário Internacional do PS, fez uma alocução num almoço na Associação dos Diplomatas Estrangeiros. Este Departamento participou ainda na organização de três eventos internacionais: uma reunião para discutir a Estratégia de Lisboa, organizada em conjunto com a Policy Network (22 de Junho); outra da Rede de Lisboa do PES, realizado na sede do PS (18 Outubro); um encontro dos Primeiros-Ministros socialistas no âmbito do Conselho Europeu (18 Novembro). O PS esteve também representando nos congressos do Democratici di Sinistra (Florença) e do SPD, em Hamburgo.

No âmbito da Internacional Socialista, refere-se a participação no Conselho da IS, em Genebra, e na reunião do Comité África, em Accra (Gana). Participou-se ainda em três reuniões da Presidência do PES e no Conselho do PES, que se realizou em Sofia (21-23 de Novembro).

No âmbito das Comunidades, realizaram-se reuniões em Fevereiro com as secções e militantes do PS de Bordéus, Lyon e Paris, em Março, em Londres, e entre 27 e 29 de Abril, em Münster, Alemanha. Houve também reuniões com membros da Comunidade em Hamburgo e no final de Abril com os militantes em Estugarda e com responsáveis do SPD para lançar uma cooperação entre os dois partidos. No Canadá foi criada a secção de Winnipeg (8-12 Junho).

Em Maio, o PS participou num encontro em Salvador da Baía, onde representou o partido com uma intervenção sobre os Luso-descendentes.

Handwritten initials or signature in the top right corner.

1.5 Relacionamento e cooperação com as entidades externas

À semelhança de anos anteriores, o Partido Socialista promoveu o melhor relacionamento com a ECFP, apresentando disponibilidade para colaborar em todas as diligências efectuadas por esta Entidade.

No ano de 2007, em Maio, o Partido recebeu da ECFP o relatório de auditoria às contas de 2005, ao qual respondeu prontamente nos termos legais.

A ECFP realizou durante o mês de Setembro a auditoria às contas de 2006 (trabalho de campo nas instalações do P.S.) através de uma empresa de auditoria internacional e cujo relatório só foi recebido em Maio de 2008.

No momento ainda não é conhecido o acórdão às contas da campanha autárquica de 2005 e também não foi recebido o relatório de auditoria às contas das campanhas intercalares da Região Autónoma da Madeira e à Câmara Municipal de Lisboa.

As contas do referendo à IVG foram auditadas e aprovadas sem qualquer reserva por parte da Comissão Nacional de Eleições.

No ano de 2007, a ECFP publicou os Regulamentos n.º 44/2007 de 28 de Março (Registo Contabilístico de Coligações em Campanhas Eleitorais), n.º 55/2007 de 12 de Abril (Acções de propaganda política e meios nelas utilizados), e n.º 65/2007 de 27 de Abril (Apresentação das contas anuais) dos quais foi efectuada a respectiva divulgação pelos responsáveis financeiros de todas as estruturas do Partido.

No que respeita aos Bancos financiadores importa apenas referir que foi possível negociar “spreads” mais favoráveis que, simultaneamente com a redução significativa da dívida, permitiu reduzir os encargos financeiros suportados.

Em relação aos Fornecedores procurou-se não só resolver algumas situações ainda relacionadas com a campanha autárquica de 2005, mas também fazer aplicar de uma forma mais alargada os princípios e regulamentos em vigor para se assegurar uma melhor gestão de compras, quer na gestão corrente quer nas campanhas eleitorais.

2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

Desde 2005 que a situação económica do Partido Socialista, vem apresentando resultados positivos, saldando-se o exercício de 2007 também pelo apuramento de um resultado positivo de 2.110.031,40 € na Demonstração de Resultados.

O exercício de 2007 reflecte uma intensa actividade politica, ao que acresceu às acções e eventos correntes, a campanha para o referendo à IVG, as eleições intercalares na Região Autónoma da Madeira, a campanha para as eleições intercalares à Câmara de Lisboa e algumas eleições intercalares a Assembleias de Freguesia.

A situação económica reflecte portanto todas essas actividades do Partido, sendo as principais rubricas que contribuíram para o resultado apurado analisadas nos pontos seguintes.

2.1. Proveitos

No que respeita à actividade corrente do Partido, o valor total dos proveitos apurados no exercício de 2007 foi de 12.079.125,94 €, valor que representa um acréscimo de 1,5% em relação ao ano anterior.

PROVEITOS

CONTAS	DESIGNAÇÃO	VALORES		Variação	
		Actividade Corrente 2007*	Actividade Corrente 2006	Valor	%
73	Proveitos Suplementares				
74	Subsídios à Exploração	9.306.864,44	9.085.262,83	221.601,61	2,4
76	Outros Prov. e Ganhos Operac.	2.693.068,13	2.245.274,15	447.793,98	19,9
78	Prov. e Ganhos Financeiros	28.450,08	25.668,54	2.781,54	10,8
79	Prov. e Ganhos Extraordinários	50.743,29	538.957,18	-488.213,89	-90,6
TOTAL		12.079.125,94	11.895.162,70	183.963,24	1,5

Unidade: Euros

* - Não inclui Referendo IGV, Eleições Regionais e Intercalares

Para este acréscimo contribuiu, essencialmente, a rubrica de Subsídios à Exploração como resultado do aumento das subvenção estatal recebida e a rubrica de Outros Proveitos e Ganhos Operacionais devido ao aumento da contribuição de eleitos e do valor de quotas a receber de novos militantes. A redução dos Outros Proveitos Extraordinários resulta do facto de em 2006 se ter procedido a uma correcção na classificação da subvenção dos Grupos Parlamentares dos Açores e Madeira, situação que neste exercício já se encontra perfeitamente normalizada.

No **Anexo I** discriminam-se as receitas nos termos do disposto na Lei 19/2003 de 20 de Junho, relativas à actividade corrente.

Handwritten initials or signature in the top right corner.

2.2. Custos

2.2.1 - Actividade Corrente

O total dos custos da actividade total do Partido totalizou 10.351.832,22€, sendo que deste montante 8.423.470,62€ dizem respeito à actividade corrente e 1.928.361,60€ respeitam à campanha para o referendo à IVG e a eleições intercalares (Regionais da Madeira, Autárquicas de Lisboa e Assembleias de Freguesia).

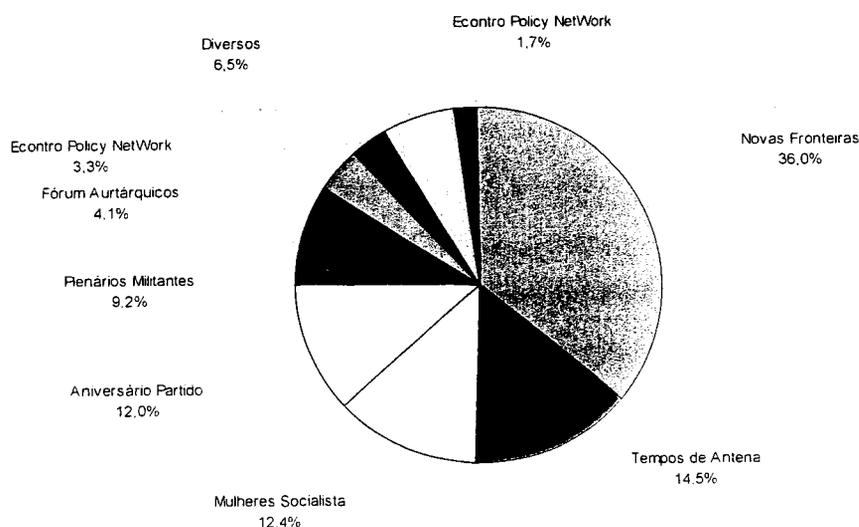
No que respeita à actividade corrente, os custos apresentam um decréscimo de 11,7% em relação a 2006, resultado sobretudo da continuidade de uma política rigorosa de contenção dos custos fixos, já que se realizaram várias acções e eventos de promoção da mensagem política, efectuadas quer a nível central quer pelas estruturas descentralizadas do Partido.

A esta redução também não é alheio o facto de em 2006 se ter realizado o Congresso Nacional, Congressos Federativos e o Congresso do PSE que no total registaram uma despesa de 876.712,60 €, eventos que no ano de 2007 não se verificaram.

Todavia, no exercício de 2007, apesar da redução dos custos com a actividade corrente, realizaram-se várias acções e eventos que totalizaram 1.012.931,93€ dos quais 43% corresponderam a acções realizadas pela Sede Nacional e 57% pelas estruturas descentralizadas (Federações, Secções, Juventude Socialista e Grupo Parlamentar).

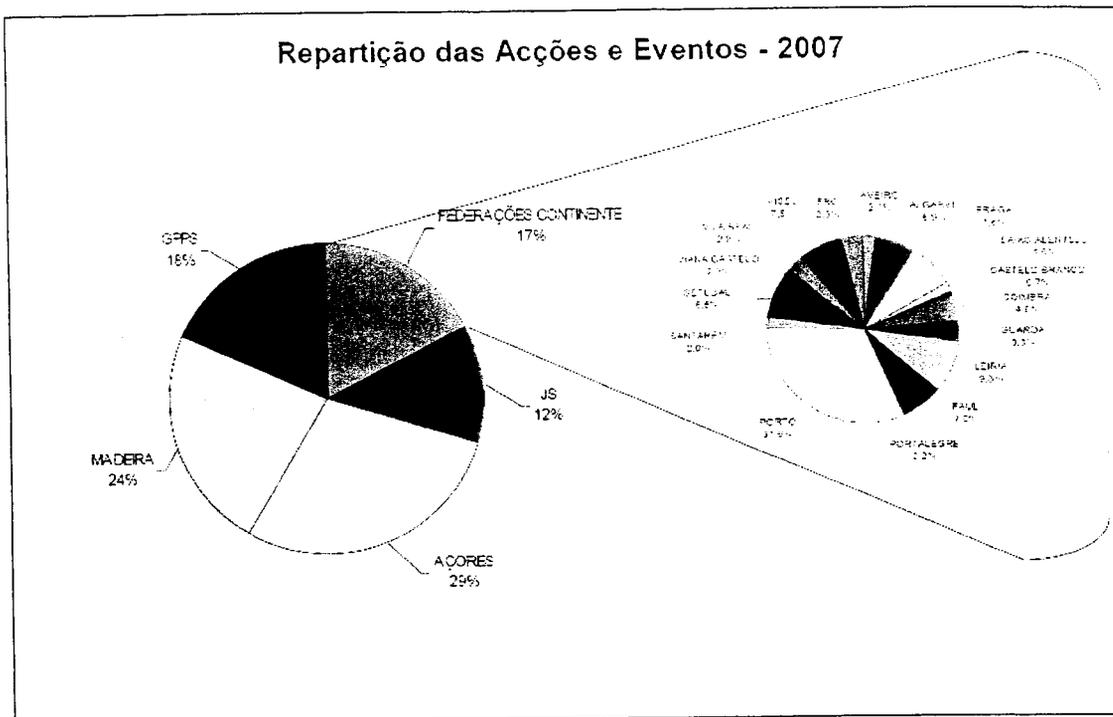
No gráfico seguinte é possível ter uma imagem das acções promovidas pela Sede Nacional e o peso de cada uma delas no total da despesa realizada.

Acções e Eventos (Sede Nacional) - 2007



No que respeita à distribuição de acções pelas estruturas descentralizadas, a repartição dos custos foi a seguinte:

Handwritten initials and marks in the top right corner.



Por sua vez a repartição dos custos com a actividade corrente, por rubricas é que consta no quadro seguinte.

CONTAS	DESIGNAÇÃO	VALORES		Variação	
		Actividade Corrente 2007 *	Actividade Corrente 2006	Valor	%
62	Forn. Serviços Externos	4.237.607,31	4.355.935,79	-118.328,48	-2,7
63	Impostos	7.619,88	6.398,63	1.221,25	19,1
64	Custos com Pessoal	2.096.712,16	1.963.578,51	133.133,65	6,8
65	Out. Custos e Perdas Operacionais	70.544,59	1.442.761,10	-1.372.216,51	-95,1
66	Amort. e Ajust. do Exercício	1.594.670,72	1.066.234,36	528.436,36	49,6
67	Provisões do Exercício	0,00	28.545,38	-28.545,38	-100,0
68	Custos e Perdas Financeiras	224.428,24	276.213,18	-51.784,94	-18,7
69	Custos e Perdas Extraordinárias	191.887,72	402.031,74	-210.144,02	-52,3
		8.423.470,62	9.541.698,69	-1.118.228,07	-11,7

Unidade: Euros

* - Não inclui Referendo IGV. Eleições Regionais e Intercalares

As principais reduções de custos verificaram-se Fornecimentos e Serviços Externos, Outros Custos e Perdas Operacionais e Outros Custos e Perdas Extraordinários.

Como se pode verificar no quadro seguinte, a evolução dos custos com **Fornecimentos e Serviços Externos**, regista uma redução de 2,7% que se ficou a dever, essencialmente, à diminuição dos custos com rendas e alugueres. Publicidade e Propaganda e Trabalhos especializados.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

RUBRICAS	Valores (Actividade Corrente)		Variação	
	2007 *	2006	Valor	%
Comunicação	990.266,76	973.852,12	16.414,64	1,7
Deslocações e Estadas	680.560,32	558.830,51	121.729,81	21,8
Rendas e Alugueres	597.206,79	800.620,71	-203.413,92	-25,4
Publicidade e Propaganda	438.253,07	641.772,38	-203.519,31	-31,7
Trabalhos Especializados	406.406,43	537.626,68	-131.220,25	-24,4
Conservação e Reparação	332.549,12	194.399,30	138.149,82	71,1
Honorários	193.233,23	185.644,09	7.589,14	4,1
Limpeza .Higiene e Conforto	116.651,82	52.421,28	64.230,54	122,5
Material de Escritório	113.099,11	129.886,29	-16.787,18	-12,9
Combustíveis	87.802,64	51.741,87	36.060,77	69,7
Electricidade	69.506,44	72.068,95	-2.562,51	-3,6
Despesas de Representação	46.039,80	3.088,80	42.951,00	1390,5
Outros	25.304,32	33.495,20	-8.190,88	-24,5
Seguros	24.253,70	12.169,48	12.084,22	99,3
Ferramentas e Utensilios	21.380,09	26.332,23	-4.952,14	-18,8
Artigos para Oferta	21.230,30	14.202,43	7.027,87	49,5
Água	20.141,87	19.115,17	1.026,70	5,4
Livros e Documentação Téc.	17.246,75	21.318,45	-4.071,70	-19,1
Contencioso e Notariado	12.736,34	6.724,31	6.012,03	89,4
Vigilância e Segurança	10.252,45	7.853,98	2.398,47	30,5
Transportes de Mercadorias	8.647,55	11.712,57	-3.065,02	-26,2
Transportes de Pessoas	3.726,99	714,43	3.012,56	421,7
Subcontratos	427,67		427,67	
Royalties	423,50		423,50	
Outros Fluidos	260,25	344,56	-84,31	-24,5
	4.237.607,31	4.355.935,79	-118.328,48	-2,7

Unidade: Euros

* - Não inclui Referendo IGV. Eleições Regionais e Intercalares

No que respeita à repartição deste custos por parcelas, verifica-se que as rubricas com valores mais significativos são a Comunicação, Deslocações e Estadas, Rendas e Alugueres, e Publicidade, à semelhança do que se verificou no ano anterior.

O acréscimo verificado na rubrica de Despesas de Representação deve-se à integração dos custos do GPPS, as quais no ano de 2006 não foram integrados na conta do Partido Socialista. O impacto total nos custos com Fornecimentos e Serviços externos, por força da integração das contas do GPPS foi de 501.581.44€ pelo que a redução destes custos, sem considerar o GPPS, em relação a 2006 foi de 14,2%.

Os **custos com pessoal**, com um peso de 24,8% na estrutura de custos, apresentam um aumento de 6,8% em relação a 2006. Este aumento deve-se à actualização da tabela salarial de 2007 de acordo com a taxa de inflação, ao ajustamento de carreiras, à

introdução de prémios de desempenho e, conseqüentemente ao acréscimo dos respectivos encargos sociais.

O decréscimo verificado em **Outros Custos Operacionais** deve-se ao facto do valor de 2006 incluir a contribuição do Partido para a campanha do MASP no valor de 1.302.349,50€, pelo que sem considerar esse valor a variação nesta rubrica seria praticamente nula.

No ano de 2007 o Partido também contribuiu com 1.849.967,28€ para campanhas eleitorais, cujo custo está reflectido nas contas consolidadas, de acordo com a sua natureza (contas 62 a 69) e não no saldo da conta 65 (Outros Custos Operacionais) de modo a que não se verifique o empolamento das despesas.

A discriminação dessas contribuições do Partido tem a seguinte discriminação:

RUBRICAS	2007	2006
Contribuições do Partido		
MASP III		1.302.349,50
Eleições Interc. Ass. Freguesia	2.592,04	
Eleições Interc. Reg. Madeira	855.251,17	
Eleições Interc. Lisboa	166.919,63	
IVG	825.204,44	
TOTAL	1.849.967,28	1.302.349,50

Unidade: Euros

As **amortizações e ajustamentos do exercício** registaram um aumento de 528.436,36 € devido em parte ao aumento do imobilizado, mas sobretudo devido ao registo dos ajustamentos para quotas por receber dos militantes, referentes a anos anteriores (variação de 452.850 €), procedimento adoptado de acordo com as novas directrizes contabilísticas. As amortizações referentes ao património estão evidenciadas nos anexos constantes de pastas próprias a enviar à ECFP.

No exercício de 2007 não se procedeu à criação de quaisquer **provisões**, pelo que se mantiveram as provisões criadas nos anos anteriores para processos judiciais em curso.

Os **custos financeiros**, por sua vez, registaram uma diminuição de 18,7% em relação a 2006, devido fundamentalmente à redução substancial do endividamento bancário (cerca de 1,3 milhões de euros).

Por último, os **custos extraordinários** também apresentam uma redução de 52,3% em relação a 2006 devido, sobretudo, a uma diminuição das correcções efectuadas a exercícios anteriores.

A decomposição dos custos e proveitos extraordinários é apresentada no quadro seguinte.

4
A AP

CUSTOS E PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS

RUBRICAS	Valores		Variação	
	2007	2006	Valor	%
Custos Extraordinários				
Donativos	598,80	20.880,00	-20.281,20	
Perdas em Imobilizações	873,70	11.485,16	-10.611,46	-92,4
Multas e Penalidades	35.233,74	65.819,41	-30.585,67	-46,5
Correcções Rel.Exercícios Anteriores	130.915,84	282.897,10	-151.981,26	-53,7
Outros Custos e Perdas Extraordinárias	27.170,82	20.950,07	6.220,75	29,7
TOTAL	194.792,90	402.031,74	-207.238,84	-51,5
Ganhos Extraordinários				
Ganhos em Imobilizações	3.500,00	21.500,00	-18.000,00	-83,7
Reduções Amort/Provisões		70.772,00	-70.772,00	-100,0
Correcções Rel.Exercícios Anteriores	63.432,37	430.602,16	-367.169,79	-85,3
Out.Prov.e Ganhos Ext.	10.076,76	16.083,02	-6.006,26	-37,3
TOTAL	77.009,13	538.957,18	-461.948,05	-85,7

Unidade: Euros

h

2.2.2 – Referendo e Eleições Intercalares

A realização de campanhas e actos eleitorais representou um esforço acrescido no ano de 2007, tendo o Partido contribuído com 1.880.719,94€ para a realização dos diversos actos eleitorais e para os quais só as eleições Intercalares da Região Autónoma da Madeira contaram com uma subvenção pública no valor de 112.736,76€.

A decomposição dos custos e proveitos das campanhas realizadas é a que se apresenta na seguinte conta de exploração.

Campanhas Eleitorais e Referendo					
CONTAS	DESIGNAÇÃO	Referendo IVG	Regionais R.A.M	Autarq. (Intercalar.)	TOTAL
73	Proveitos Suplementares				
74	Subsídios à Exploração				
	7411 Subvenções Públicas		112.736,76		112.736,76
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	5.391,00		238.344,08	243.735,08
	7624 Angariação Fundos				
	76241 Ang Fundos Pecuniária	5.391,00		238.344,08	243.735,08
	763 Contribuições do Partido	825.204,44	855.251,17	200.264,33	1.880.719,94
78	Proveitos e Ganhos Financeiros				0,00
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários			26.265,84	26.265,84
		830.595,44	967.987,93	464.874,25	2.263.457,62
62	Fornecimentos e Serviços Externos	657.297,65	894.420,31	373.192,03	1.924.909,99
63	Impostos			1,30	1,30
64	Custos com o Pessoal				0,00
65	Outros Custos e Perdas Operacionais				0,00
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício				0,00
67	Provisões do Exercício				0,00
68	Custos e Perdas Financeiras	104,29	308,42	132,42	545,13
69	Custos e Perdas Extraordinárias			2.905,18	2.905,18
		657.401,94	894.728,73	376.230,93	1.928.361,60
	Resultado Líquido	173.193,50	73.259,20	88.643,32	335.096,02

Unidade: Euros

A prestação de contas destas campanhas foi efectuada de forma própria e autónoma, nos termos da Lei e em devido tempo à CNE (Referendo IVG) e ao Tribunal Constitucional (Campanhas de eleições intercalares).

As campanhas referentes a eleições autárquicas intercalares integram as eleições intercalares à Câmara de Lisboa e a quatro Assembleias de Freguesia.

Os custos com as campanhas para as Assembleias de Freguesia tiveram muito pequena expressão, pois totalizaram apenas 7.236€.

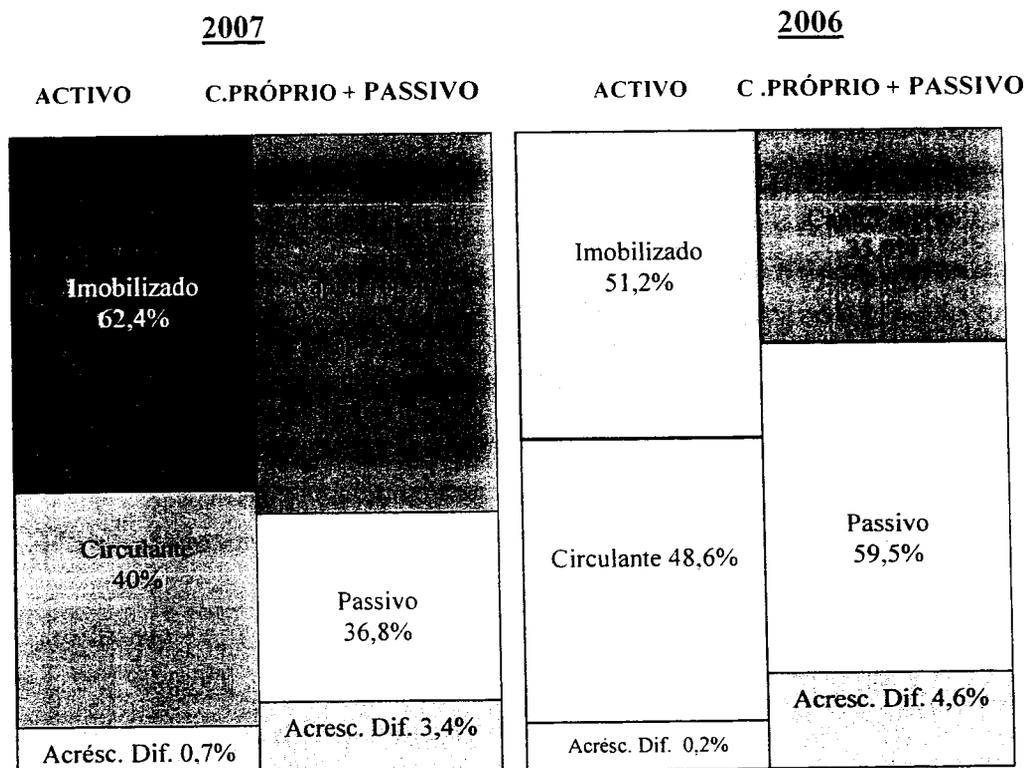
O Resultado Líquido apurado nestas acções corresponde somente ao IVA a recuperar com a realização das referidas despesas de campanha e do qual o Partido solicitou o respectivo reembolso.

3. ANÁLISE DE SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

Handwritten signature

O Anexo às Demonstrações Financeiras, bem como a Demonstrações de Resultados, o Balanço Analítico e os Balancetes do Razão Consolidado, são apresentados em anexo a este Relatório.

No ano de 2007 verificou-se o reequilíbrio da estrutura financeira da estrutura patrimonial do Partido, como se pode verificar na seguinte representação gráfica.



A estrutura do Balanço em 2006 apresentava ainda um desequilíbrio da estrutura financeira (Passivo de curto prazo superior ao Activo Circulante). Em 2007, por via da redução do endividamento bancário, a estrutura financeira apresenta uma situação de equilíbrio com o Activo circulante a ser suficiente para liquidar o Passivo de curto prazo.

A evolução positiva da estrutura financeira pode ser constatada pelos indicadores financeiros apresentados no quadro seguinte.

INDICADORES FINANCEIROS				
	2007	2006	2005	Cálculo
Fundo de Maneio	469.618.61	-1.171.837 €	-2.753.669 €	Capital Circ. - Passivo c/ prazo
Liquidez Geral	1.11	0.82	0.88	Capital Circ. / Passivo c/ prazo
Meios Libertos Líquidos	3.704.702 €	3.448.244 €	2.138.140 €	(Res. Liq. + Amort.+Provisões)
Grau Cobertura Imobilizado	1.19	0.70	0.34	(Cap. Próp.+Pass.M/Lpr) / Imob.Total
Autonomia Financeira	0.60	0.36	0.06	Capital próprio / Activo Líquido Total
Solvabilidade	1.48	0.56	0.06	Capital próprio / Passivo
Capacidade Endividamento	0.86	1.00	1.00	Cap. Próp. / (Cap. Pr.+Pass.M/Lprazo)

4 90
 X

Como se pode verificar, os indicadores de tesouraria, os rácios de autonomia financeira e os de solvabilidade têm registado uma melhoria continuada e significativa, devido ao aumento dos capitais próprios por via dos resultados positivos obtidos e pela redução do endividamento bancário, cuja evolução se apresenta no quadro seguinte.

Designação	Endividamento Bancário		
	2007	2006	2005
Actividade Corrente	1.570.067,19	3.145.956,18	2.728.293,20
Campanhas Eleitorais (*)	406.209,33	734.977,22	5.577.146,50
Imobilizado - Sedes (**)	1.155.894,22	594.252,10	86.343,00
	3.132.170,74	4.475.185,50	8.391.782,70
Redução	-1.343.014,76	-3.916.597,20	
	-30,0%	-46,7%	

Unidade: Euros

Sedes:

. Feder. Açores, Algarve e Portalegre, Secção de Ansião e Fafe

(*) Em 2005 - Empr. Autarq.

Em 2006 e 2007 parte restante empréstimo para apoio ao MASP

(**) Inclui valor a médio e longo prazo de 1.094.049,12€

Relativamente ao passivo de curto prazo a evolução das principais rubricas foi a seguinte:

RUBRICAS	VALORES		Variação	
	2007	2006	Valor	%
Fornecedores c/c	285.408,50	536.738,38	-251.329,88	-46,8
Fornecedores de Imobilizado	120.311,15	106.983,65	13.327,50	12,5
Empréstimos	2.038.121,62	4.475.185,50	-2.437.063,88	-54,5
Estado e Outros Entes Públicos	117.314,84	95.723,43	21.591,41	22,6
Outros Credores	479.137,23	1.172.308,02	-693.170,79	-59,1
	3.040.293,34	6.386.938,98	-3.346.645,64	-52,4

Unidade: Euros

Como se pode verificar o Passivo de curto prazo regista em 2007 uma diminuição de 52,4%. Tal redução resulta de se considerar os empréstimos bancários contraídos para o financiamento da aquisição de Sedes Federativas (Faro, Açores e Madeira) e de Secções (Ansião e Fafe) em médio e longo prazo (1.094.049,12€) e da liquidação empréstimos de curto prazo (1.343.014,76€).

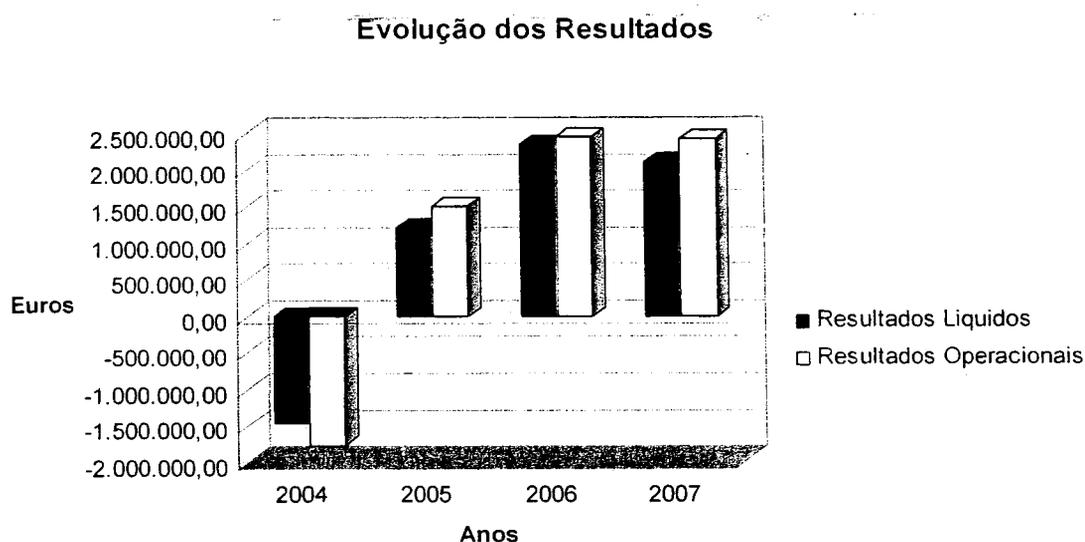
Em suma, pode-se concluir que as contas do ano de 2007 reflectem uma estrutura financeira equilibrada, como resultado de uma evolução positiva continuada que se iniciou em 2005.

Handwritten signature or initials in the top right corner.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O **resultado líquido** do exercício de 2007, cifra-se no montante de 2.110.031,40 €, um valor sensivelmente idêntico ao de 2006 (2.343.464,01€) embora com uma ligeira redução à qual não é alheio financiamento com fundos próprio da campanha do referendo à IVG e a realização de eleições intercalares.

Após os prejuízos registados em 2004, a sustentada política de contenção de custos fixos veio permitindo ao longo dos últimos 3 anos uma recuperação continuada dos resultados operacionais e resultados líquidos do exercício, sem prejuízo de se terem continuado a realizar várias acções políticas, nomeadamente a realização de Fóruns Novas Fronteiras, Plenários de Militantes e Fóruns Autárquicos.



Apesar do um ligeiro abrandamento do crescimento dos resultados em 2007, o resultado obtido permitiu uma rentabilidade dos proveitos de 17% e uma rentabilidade do capital próprio de 31%.

Os **resultados operacionais** registaram uma pequena redução de 2% em relação a 2006, apresentado um saldo positivo de 2.424.338,46 €.

Os **resultados financeiros** registam um saldo negativo de cerca de 196 mil euros, embora com uma redução de 27% em relação a 2006, pelo que o seu impacto no resultado final é pouco expressivo.

Os **resultados extraordinários**, por sua vez, ao registarem um valor negativo de cerca de 118 mil euros, tiveram um impacto de cerca de 5,3% no resultado final, sensivelmente o mesmo que se tinha verificado em 2006.

Para uma análise completa dos custos e proveitos da actividade corrente do Partido (Sem referendo nem eleições intercalares), entre os anos de 2006 e 2007 apresenta-se de seguida a conta de exploração destes dois exercícios.

Actividade Corrente					
CONTAS	DESIGNAÇÃO	2007	2006	Var. Valor	Var. %
73	Proveitos Suplementares				
74	Subsídios à Exploração				
	7411 Subvenções Publicas	8.921.982,62	8.697.681,55	224.301,07	2,6%
	Subvenção Grupos Parlamentares	384.881,82	387.581,28	-2.699,46	-0,7%
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais			0,00	
	7621 Quotas	2.019.277,61	1.872.927,99	146.349,62	7,8%
	7622 Contribuições de Eleitos	401.958,48	164.544,37	237.414,11	144,3%
	7623 Donativos	263.579,74	194.851,89	68.727,85	35,3%
	7624 Angariação Fundos			0,00	
	76241 Ang. Fundos Pecuniária	5.050,00	8.873,50	-3.823,50	-43,1%
	7625 Donativos - Espécie		2.580,00	-2.580,00	
	763 - Ajustam. Consolid.-Contr Partido	-1.880.719,94			
	764 Rend. Prov. do Patrimonio	3.165,12	1.496,40	1.668,72	111,5%
	768 Não Especificados Alheios ao Val. Acresc.	37,18	0,00	37,18	
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	28.450,08	25.668,54	2.781,54	10,8%
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	50.743,29	538.957,18	-488.213,89	-90,6%
		10.198.406,00	11.895.162,70	-1.696.756,70	-14,3%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	4.237.607,31	4.355.935,79	-118.328,48	-2,7%
63	Impostos	7.619,88	6.398,63	1.221,25	19,1%
64	Custos com o Pessoal	2.096.712,16	1.963.578,51	133.133,65	6,8%
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	70.544,59	1.442.761,10	-1.372.216,51	-95,1%
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício	1.594.670,72	1.066.234,36	528.436,36	49,6%
67	Provisões do Exercício		28.545,38	-28.545,38	-100,0%
68	Custos e Perdas Financeiras	224.428,24	276.213,18	-51.784,94	-18,7%
69	Custos e Perdas Extraordinárias	191.887,72	402.031,74	-210.144,02	-52,3%
		8.423.470,62	9.541.698,69	-1.118.228,07	-11,7%
	Resultado Líquido	1.774.935,38	2.353.464,01	-578.528,63	-24,6%

Unidade: Euros

Como se pode verificar, o resultado da actividade corrente do ano de 2007 foi inferior em 24,6% em relação a 2006 devido sobretudo ao esforço que o Partido realizou no financiamento das campanhas do Referendo e das eleições intercalares no valor de 1.880.719,94€, enquanto em 2006 o mesmo tipo de esforço foi de 1.302.349,50 (campanha MASP), ou seja menos 578 mil euros do que em 2007.

Tal esforço e respectivo impacto nos resultados é mais visível na seguinte conta de exploração, onde se apresentam de forma separada os custos e os proveitos da actividade corrente e as campanhas do Referendo e eleições intercalares.

Actividade Total de 2007				
CONTAS	DESIGNAÇÃO	Activ. Corrente	Referendo e Eleições Intercalares	TOTAL EXERCÍCIO
73	Proveitos Suplementares			
74	Subsídios à Exploração			
	7411 Subvenções Públicas	8.921.982,62	112.736,76	9.034.719,38
	Subvenção Grupos Parlamentares	384.881,82		384.881,82
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	2.693.068,13	243.735,08	2.936.803,21
	7621 Quotas	2.019.277,61		2.019.277,61
	7622 Contribuições de Eleitos	401.958,48		401.958,48
	7623 Donativos	263.579,74		263.579,74
	7624 Angariação Fundos			
	76241 Ang. Fundos Pecuniária	5.050,00	243.735,08	248.785,08
	7625 Donativos - Espécie			
	763 Contribuições do Partido	-1.880.719,94	1.880.719,94	
	764 Rend.Prov.do Património	3.165,12		3.165,12
	768 Não Especificados Alheios ao Val.Acresc.	37,18		37,18
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	28.450,08		28.450,08
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	50.743,29	26.265,84	77.009,13
		10.198.406,00	2.263.457,62	12.461.863,62
62	Fornecimentos e Serviços Externos	4.237.607,31	1.924.909,99	6.162.517,30
63	Impostos	7.619,88	1,30	7.621,18
64	Custos com o Pessoal	2.096.712,16		2.096.712,16
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	70.544,59		70.544,59
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício	1.594.670,72		1.594.670,72
67	Provisões do Exercício			0,00
68	Custos e Perdas Financeiras	224.428,24	545,13	224.973,37
69	Custos e Perdas Extraordinárias	191.887,72	2.905,18	194.792,90
		8.423.470,62	1.928.361,60	10.351.832,22
	Resultado Líquido	1.774.935,38	335.096,02	2.110.031,40

Unidade: Euros

Desta apresentação de custos e proveitos constata-se que as campanhas do Referendo e eleições intercalares tiveram um peso de 18,6% no total dos custos e como tal um impacto significativo nos resultados.

Para uma comparação completa dos custos e proveitos entre os anos de 2006 e 2007 apresenta-se de seguida uma conta de exploração com os custos e proveitos de cada um destes exercícios.

17 98

Actividade Total (Consolidado)					
CONTAS	DESIGNAÇÃO	2007	2006	Var. Valor	Var. %
73	Proveitos Suplementares				
74	Subsídios à Exploração				
	7411 Subvenções Públicas	9.034.719,38	8.697.681,55	337.037,83	3,9%
	Subvenção Grupos Parlamentares	384.881,82	387.581,28	-2.699,46	-0,7%
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais			0,00	
	76211 Quotas e Outr Contrib Filhados	2.019.277,61	1.872.927,99	146.349,62	7,8%
	7622 Contribuições de Eleitos	401.958,48	164.544,37	237.414,11	144,3%
	7623 Donativos	263.579,74	194.851,89	68.727,85	35,3%
	7624 Angariação Fundos			0,00	
	76241 Ang Fundos Pecuniária	248.785,08	8.873,50	239.911,58	2703,7%
	76242 Ang Fundos Espécie			0,00	
	7625 Donativos - Espécie		2.580,00	-2.580,00	
	763 Contribuições do Partido			0,00	
	764 Rend Prov.do Património	3.165,12	1.496,40	1.668,72	111,5%
	768 Não Especificados Alheios ao Val Acresc	37,18	0,00	37,18	
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	28.450,08	25.668,54	2.781,54	10,8%
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	77.009,13	538.957,18	-461.948,05	-85,7%
		12.461.863,62	11.895.162,70	566.700,92	4,8%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	6.162.517,30	4.355.935,79	1.806.581,51	41,5%
63	Impostos	7.621,18	6.398,63	1.222,55	19,1%
64	Custos com o Pessoal	2.096.712,16	1.963.578,51	133.133,65	6,8%
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	70.544,59	1.442.761,10	-1.372.216,51	-95,1%
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício	1.594.670,72	1.066.234,36	528.436,36	49,6%
67	Provisões do Exercício	0,00	28.545,38	-28.545,38	-100,0%
68	Custos e Perdas Financeiras	224.973,37	276.213,18	-51.239,81	-18,6%
69	Custos e Perdas Extraordinárias	194.792,90	402.031,74	-207.238,84	-51,5%
		10.351.832,22	9.541.698,69	810.133,53	8,5%
	Resultado Líquido	2.110.031,40	2.353.464,01	-243.432,61	-10,3%

Unidade: Euros

A análise de todos os valores consolidados nos dois exercícios permite concluir que o aumento dos proveitos em 4,8% entre os dois anos em análise, não foi suficiente para suportar o acréscimo dos custos nesse mesmo período (8,5%), pelo que o resultado líquido de 2007 foi inferior ao de 2006 em 10,3%, devido sobretudo à comparticipação do Partido para as campanhas do Referendo e Eleições Intercalares, num total de 1,88 milhões de euros e para as quais somente houve uma subvenção pública no valor de 112 mil euros (Regionais da Madeira).

Caso não se tivessem realizado, em concreto as eleições intercalares, que como se sabe foram acontecimento que surgiram de forma inesperada, os custos poderiam ter sido inferiores em 1.270.959,66€, do que resultaria um resultado líquido positivo com um acréscimo de cerca de 43% em relação a 2006.

5. INVESTIMENTO

O investimento no ano de 2007 totalizou 1.528.326 € (1.606.208,00 em 2006) dos quais se destacam:

- Aquisição de instalações para as Sedes da Federação Regional dos Açores e da Madeira e Secção/Concelhia de Fafe (1.195.000€);

- Obras de conservação na Sede Nacional, na FAUL, Évora e Setúbal e, ainda nas Secções de Moura, Vendas Novas, Covilhã (conclusão), Cova da Piedade, Mafamude e Cacém (219.038€);

- Aquisição de equipamentos Administrativos diversos, nomeadamente mobiliário para a Sede Nacional (74.883€);

- Aquisição de equipamento informático e de comunicações (43.647€).

O Imobilizado em curso corresponde a obras em cursos na Sede da Federação Regional da Madeira e dos Açores e na Secção de Mafamude, num total de 135 mil euros.

6. RECURSOS HUMANOS E ESTRUTURA ORGÂNICA

Neste ponto apresentam-se alguns elementos que permitem uma caracterização geral do pessoal afecto aos serviços, com referência a 31 de Dezembro de 2007, bem como os organogramas – Político, Federativo e da Direcção Geral - que possibilitam informação para uma melhor compreensão das estruturas do Partido e do seu funcionamento.

Distribuição do pessoal por carreiras profissionais

PESSOAL	Total	Carreira Serviços Gerais	Carreira Técnica Administrativa	Carreira Quadros Superiores	Carreira Acção Política
Sede	54	14	27	11	2
Federações	31	3	17	-	11
Açores/Madeira	10	3	6	-	1
Juv. Socialista	4	-	3	-	1
Total	99	20	53	11	15

Distribuição do pessoal por grupos etários

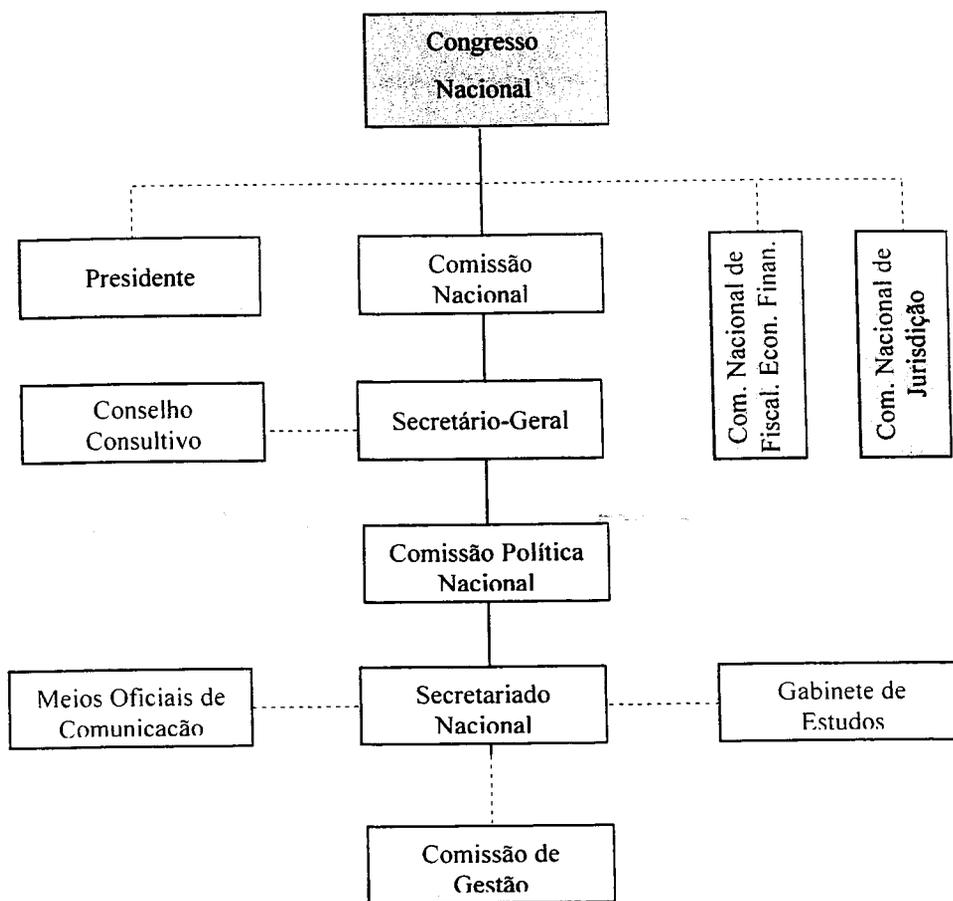
PESSOAL	Total	Até 25 anos	Dos 26 aos 35 anos	36 aos 45 anos	46 aos 55 anos	> 55 anos
Sede	54	-	13	17	15	9
Federações	31	1	10	5	7	8
Açores/Madeira	10	-	5	4	-	1
Juv. Socialista	4	-	4	-	-	-
Total	99	1	32	26	22	18

Distribuição do pessoal por habilitações académicas

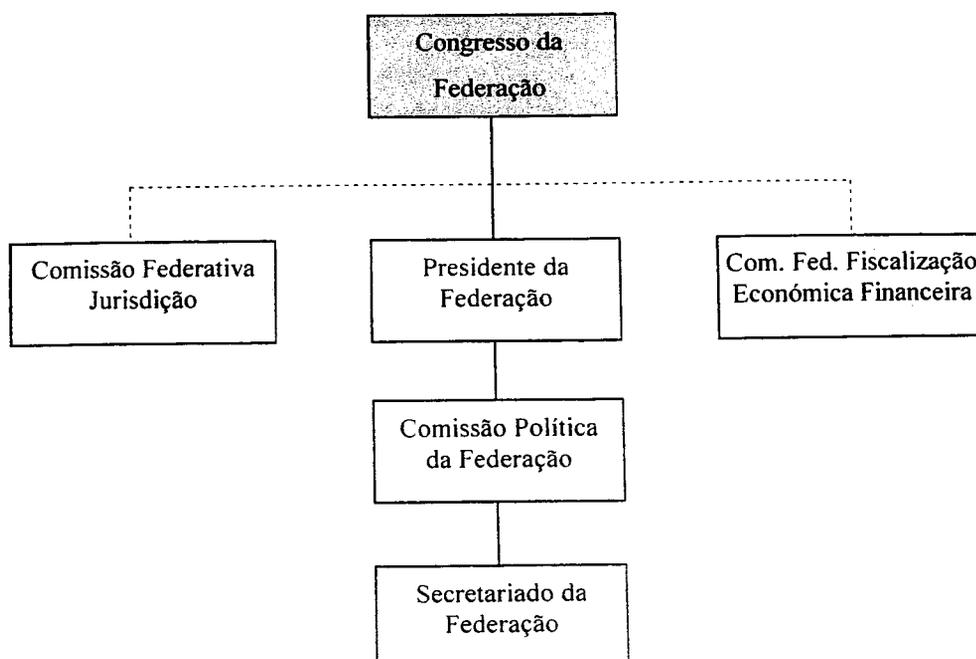
PESSOAL	Total	1º Ciclo Ens. Básico o 4ª Classe	2º Ciclo Ens. Básico 5-6 ano	3º Ciclo Ens. Básico 7-8-9 ano	Ensino Sec.	Bacharelato	Licenciatura
Sede	54	4	14	9	19	1	7
Federações	31	2	9	6	11	-	3
Açores/Madeira	10	2	1	2	5	-	-
Juv. Socialista	4	-	-	1	2	-	-
Total	99	8	24	18	37	1	10

4940
~~X~~

ORGANOGRAMA POLÍTICO NACIONAL

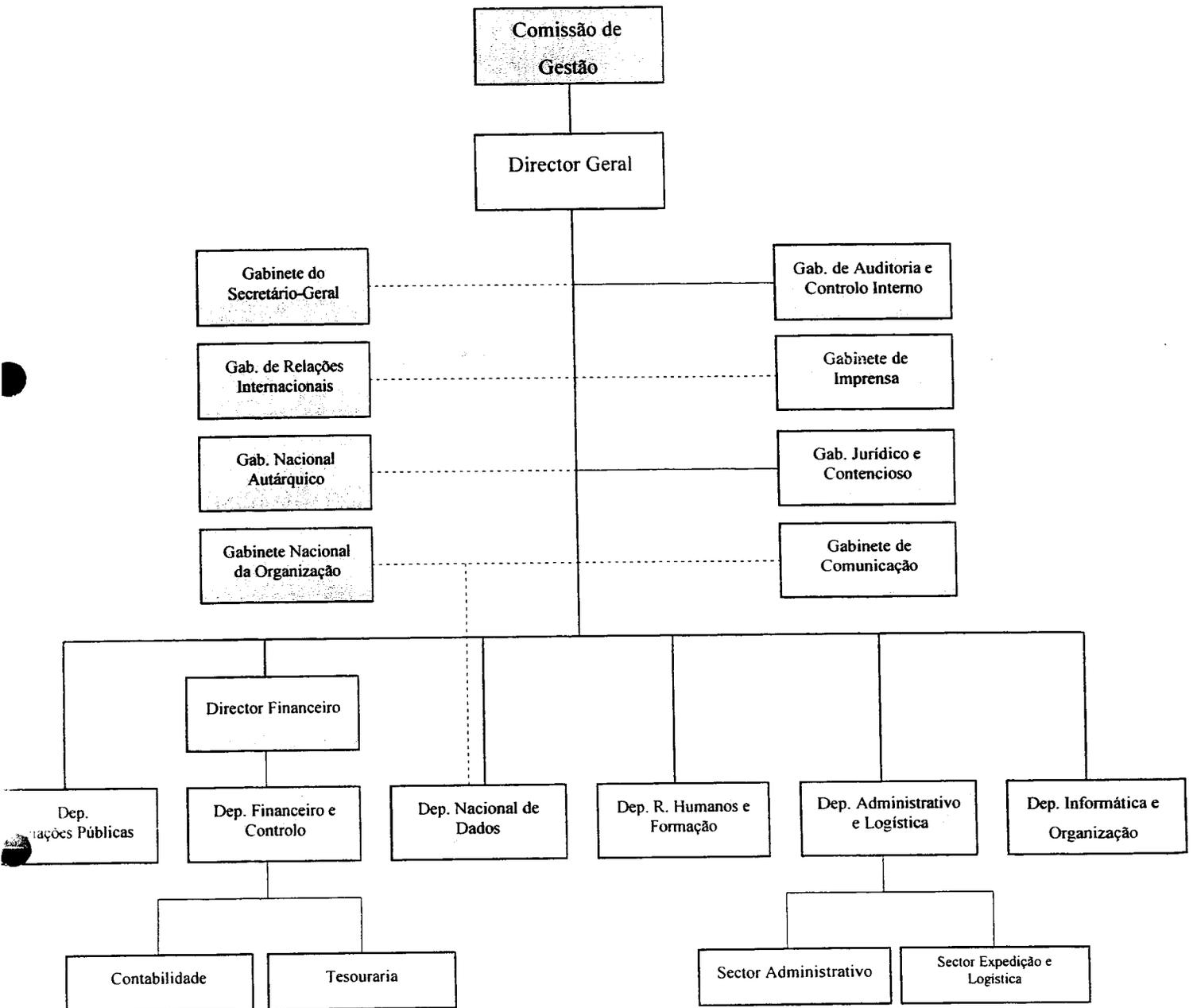


ORGANOGRAMA FEDERATIVO



799
/

ORGANOGRAMA DIRECÇÃO GERAL



7. AGRADECIMENTOS

O ano de 2007 foi mais um exercício importante para a consolidação de uma prática de gestão mais rigorosa, eficaz e transparente da actividade do Partido Socialista. Tal ficou a dever-se ao empenho de todos os militantes, sendo de destacar a adesão manifestada pelos responsáveis Locais e Federativos na implementação das medidas e procedimentos emitidos pela Sede Nacional.

A Comissão de Gestão, em seu nome e da Direcção Nacional apresenta assim, formalmente, os seus agradecimentos a todos os militantes, colaboradores e dirigentes envolvidos neste processo.

À Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira pela sua disponibilidade, apoio e proficiência, também o nosso agradecimento.

Lisboa, 15 de Maio de 2008

A Comissão de Gestão

José Manuel Lello Ribeiro Almeida-Presidente

José Manuel Marques da Silva Lemos - Vogal

Marcos Perestrello de Vasconcellos – Vogal